

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: C. Brito

Class.: 182

Data: 03/06/98

Pg.: _____

INTERNACIONALIZAÇÃO

CPI sobre a Amazônia sabe a quem vai ouvir



Átila reuniu a comissão e aprovou roteiro de depoimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a internacionalização da Amazônia reuniu-se na última quarta-feira para apreciar o roteiro apresentado pelo relator, deputado Avenir Rosa (PDC-RR), ficando acertado que serão ouvidos em audiências públicas autoridades federais, bispos, pastores, padres, índios, chefes indígenas, garimpeiros, joiaistas e técnicos, cujos depoimentos poderão auxiliar no desenvolvimento das investigações.

Na ocasião o presidente da CPI, deputado Átila Lins (PFL) encaminhou as propostas a todos os membros da comissão para que apresentem outras sugestões. Uma das principais preocupações está relacionada às organizações internacionais ligados a problemas ecológicos, que traçam diretrizes e estipulam fundos destinados à ocupação da Amazônia, através da presença de seu território. Os integrantes da comissão de inquérito consideram que a posse da Amazônia pelos países amazônicos é meramente circunstancial.

Ataque à soberania - No entanto, o presidente da CPI sobre a internacionalização da Amazônia reconheceu que a preocupação fundamental é

com o ataque frontal à soberania nacional, uma vez que instituições internacionais determinaram que é preciso infiltrar missionários e contatos, inclusive não religiosos, em todas as nações indígenas. Para a tomada da Amazônia, ainda dizem, "é preciso defender os índios dos órgãos públicos ou privados criados para defendê-los ou administrar suas vidas".

O relator da comissão ao apresentar o roteiro de trabalho, chegou a afirmar que "as missões religiosas são instrumentos para a internacionalização da região. A La Comilté International de La Defense de Amazonie; Inter American Indian Institute; The International Ethnical Survival; The International Cultural Survival; Workgroup for Indigenous Affairs; The Berna - Gueve Ethnical Institute formam as organizações sociais missionárias no Brasil".

As responsabilidades a serem apuradas quanto a internacionalização por parte das organizações e missões religiosas, que mantêm estruturas de aeroportos clandestinos, fundos financeiros para contratação de pessoal, mudança de cultura do índio, apro-

vietamento das terras dos fazendeiros, formação de nações dentro do Brasil, desvio de minérios usando o índio como escudo e Deus como palavra, ferindo a ordem constitucional e ameaçando a soberania nacional.

O presidente da comissão, deputado Átila Lins, disse que cabe ao Poder Executivo garantir os mecanismos de controle necessários ao equacionamento deste problema. Por isso, os trabalhos da CPI seguirão um roteiro básico, que poderá ser alterado de acordo com o andamento do processo investigatório.

Átila confirmou que o primeiro a ser ouvido será o ministro da Justiça, seguindo-se do presidente do IBAMA. Depois serão ouvidos bispos católicos dos Estados que compõem a Amazônia; responsáveis pelas missões religiosas; taxauas e chefes indígenas; representante dos fazendeiros de Roraima; presidente da Funai; o delegado Romeu Tuma; Ministério da Aeronáutica; secretário do Meio Ambiente; organizadores da ECO-92; presidente do CIMI e o presidente da Comissão para Criação do Parque Yanomami (CCPY).